

Jornal do ENGENHEIRO

Nº 02 - Julho 1984 - Ano I

Órgão Informativo
do Sindicato dos Engenheiros
no Estado de Pernambuco



PORTE PAGO
DR/PE
ISR-65-123/84

IMPRESSO

CAMPANHA DO PISO SALARIAL: PRIMEIROS RESULTADOS

Engenheiro: quanto você ganha por mês? Já verificou se o seu salário é menor do que o mínimo fixado em lei? Pela Lei Federal 4.590-A/66, você não pode ganhar menos do que 8,5 salários mínimos (SM) por 8 horas de trabalho diário, nem menos de 7,25 SM ou 6 por 7 e 8 horas, respectivamente.

Caso esteja recebendo abaixo do nosso piso salarial, entre em contato com o SENGE-PE. Estamos em campanha nacional pelo cumprimento da legislação que estabelece o salário mínimo profissional (SMP) unificado para os profissionais de Engenharia, Arquitetura, Química, Agronomia e Veterinária. A Lei 4.950-A/66 só não se aplica aos servidores públicos estatutários, mas, mesmo assim, a nossa luta também se estende a esses companheiros.

Aqui, em Pernambuco, o SENGE começou a campanha em maio, convocando para uma reunião sobre o assunto 14 entidades dos profissionais cobertos pela Lei 4.950-A. A partir desse encontro, coordenado pela nossa Comissão de Política Salarial, firmou-se um plano de atuação conjunta, envolvendo principalmente o SENGE e o Sindicato de Arquitetos-PE.

Ao mesmo tempo em que convocávamos as entidades, enviamos correspondência às empresas e aos órgãos da administração pública fazendo ver a exigência de se cumprir a lei, e passamos a convocar os engenheiros para discutir no Sindicato as formas de condução da campanha em cada local de trabalho. De uma maneira geral, montamos uma estratégia que passa por um primeiro estágio de negociação salarial junto aos vários níveis decisórios das empresas e órgãos públicos, podendo chegar, em última instância, a uma ação trabalhista impetrada pelo Sindicato.

Com o desenrolar da campanha os primeiros resultados começam a aparecer, principalmente no âmbito da administração pública, onde o desrespeito ao SMP é maior e, em muitos casos, nem os reajustes semestrais são observados.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Certamente pela maior concentração de engenheiros e arquitetos, é na Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) onde a campanha salarial já segue o caminho correto de uma efetiva mobilização da categoria contra o achatamento salarial e em defesa do SMP. Partindo de movimentos espontâneos por melhores salários tanto na Administração Direta como Indireta, os engenheiros e arquitetos da PCR convocaram os Sindicatos, Clube de Engenharia e o Instituto de Arquitetos-PE para a luta e hoje o movimento já está unificado ao nível das categorias, dos setores de trabalho e das entidades representativas. Até o CREA-PE/FN, que muito timidamente começara a participar da campanha enviando correspondência às empresas, foi forçado a aderir mais incisivamente depois de receber abaixo-assinado dos profissionais da PCR.

Atualmente, o movimento da PCR conta também com a adesão unânime da Câmara de Vereadores, que constituiu Comissão Suprapartidária para dar apoio aos engenheiros e arquitetos nas negociações com a Prefeitura. Os colegas da PCR estão conduzindo as ações através de Assembleias bastante representativas e já formaram comissão de negociação composta por dirigentes das entidades das categorias e representantes por setor de trabalho na Prefeitura. Esta comissão foi recebida pelo prefeito Joaquim Francisco e está negociando com os secretários de Finanças e Administração, que re-

ceberam delegação do prefeito para isso.

Na fase atual, a assembléia dos engenheiros e arquitetos já rejeitou uma primeira proposta da PCR fixando em 5,5 SM o piso da Administração Indireta e em 6,5 SM o piso da Direta, firmando posição em torno da pauta de reivindicações: o respeito ao SMP, reposição salarial, reajustes semestrais com efeito retroativo, planos de cargos e salários mais justos e contratação dos engenheiros e arquitetos "bóias-frias". Isto é, enquadramento como técnicos de nível superior desses profissionais hoje classificados como técnicos de nível médio, embora exercendo funções de engenheiros e arquitetos. A luta dos companheiros da PCR é legal, é justa e tem todo o apoio do SENGE-PE.

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Foi na Administração Estadual onde obtivemos a primeira vitória desta campanha: o SENGE-PE participou das negociações salariais da Compesa e conseguiu que se respeitasse o salário mínimo da categoria. Essa conquista é muito importante na luta pelo respeito à legislação pelo Governo do Estado. Nessa esfera administrativa, desde fevereiro o SENGE-PE vem desenvolvendo um movimento com outras entidades contra o achatamento salarial e a ameaça de autarquia, mas só agora, com o crescimento da campanha do SMP, é que estamos conseguindo articular mais efetivamente uma luta em defesa dos nossos salários, participando em conjunto com o Sindicato dos Arquitetos.

Nesse nível de Governo, a exemplo do trabalho que se desenrola na Prefeitura do Recife, o movimento em defesa do SMP tem surgido espontaneamente em vários órgãos, sempre objetivando uma

negociação de primeira instância com os níveis decisórios imediatamente superiores. Em algumas entidades da administração, como a Fidem, a Celpe, a Fiam, a Sehab/Cohab, o DER e outros, o processo de organização dos colegas engenheiros e arquitetos já está adiantado, prevendo-se para logo as primeiras conversações com os administradores desses órgãos. O papel do Sindicato tem sido o de articular esses movimentos, tentando preparar uma etapa — que já se espera para breve — em que teremos de ir ao governador para fazê-lo ver a justiça e legalidade das nossas reivindicações.

ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Finalmente, no nível administrativo do Governo Federal, a campanha também já se desenvolve com assembleias das quais participam engenheiros dos diversos órgãos federais com representação em Pernambuco, como o Dner, Sudepe, Dnocs e outros. O pessoal já formou comissão e redigiu documento que foi enviado às chefias regionais destes órgãos, mostrando a irregularidade do descumprimento da Lei 4.950-A. Para se ter uma idéia, verifica-se que, em média, mais de 85% dos engenheiros deste nível de Governo recebem menos que o SMP.

Este é um retrospecto dos primeiros passos da nossa campanha pelo respeito ao salário mínimo da categoria. O SENGE-PE considera da maior importância esse movimento em defesa de um salário mais digno e convoca todos os engenheiros para ampliar a sua abrangência e aprofundar o nosso nível de organização, porque temos a certeza de que só organizados poderemos sustar esse achatamento perverso dos salários impostos pela política econômica do Governo.



EDITORIAL

A campanha nacional pelo cumprimento do Salário Mínimo Profissional dos engenheiros, como estabelece a Lei Federal 4.940-A, de abril de 1966, já produziu o seu primeiro efeito em Pernambuco: ao participar das negociações salariais com a Compesa, o nosso Sindicato conseguiu que aquela empresa respeitasse o Salário Mínimo Profissional da categoria. Essa conquista é importante porque abre um precedente valioso na luta pelo respeito à legislação por parte do Governo do Estado.

Numa campanha articulada com o Sindicato dos Arquitetos, já fi-

zemos um levantamento da situação salarial dos engenheiros e arquitetos nos órgãos estaduais e federais. Presentemente, estamos em negociação com o prefeito Joaquim Francisco, para que as administrações direta e indireta da Prefeitura cumpram com a lei salarial a que temos direito. É da campanha salarial que o JORNAL DO ENGENHEIRO ocupa-se como assunto central desta edição.

Mas, há, também, no nosso jornal, outros importantes assuntos para a categoria, como a campanha de sindicalização que estamos prestes a deflagrar e os preparativos para a realização do III Encontro Nacional dos Sindicatos de Engenheiros (III ENSE), que este ano acontecerá em setembro, en-

tre os dias 6 e 8, no Hotel Tambaú, em João Pessoa, Paraíba.

Também é focalizada a grave ameaça de desnacionalização que pesa sobre o setor elétrico brasileiro, mediante a adoção do "leasing", orquestrado pela multinacional "Continental Illinois Leasing do Brasil".

Conscientes de que é a classe trabalhadora o principal agente de transformação da sociedade, o JORNAL DO ENGENHEIRO abre espaço para a discussão CUT X CONCLAT, os dois grandes blocos que dominam hoje o sindicalismo brasileiro. Nesta edição, apresentamos, de forma resumida, o ressurgimento do sindicalismo brasileiro. Nas próximas, mostraremos a criação da CUT e da

CONCLAT e suas divergências.

Finalmente, o jornal retorna à questão das eleições diretas-já, por considerar que após a frustração causada pela derrota da Emenda Dante de Oliveira, seguiu-se outra decepção: a incapacidade da remobilização popular, sobretudo dos principais partidos políticos que articulam as manifestações, em conjunto com as entidades representativas da sociedade. Entende o JORNAL DO ENGENHEIRO que, neste momento, cabe à sociedade, organizada em seus sindicatos e demais associações, cobrar dos partidos políticos um novo e mais forte impulso, em respeito à vontade expressa nas ruas.

A DIRETORIA

2ª feira
9 de julho, 20 horas,
Clube de Engenharia:
REUNIÃO
dos Engenheiros Mutuários
com a
CAUSA
COMUM

Jornal do ENGENHEIRO

Órgão do Sindicato dos Engenheiros
no Estado de Pernambuco
Rua Afonso Pena, 149 - Boa Vista
Fones: 222-2902 - 231-0821

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Cláudio Pinto
Secretário: Cláudio Marinho
Tesoureiro: Jurandir Liberal
Suplente: Rômulo Rangel
Suplente: Eduardo Ramos
Suplente: Severino Moraes

CONSELHO FISCAL

Conselheiro: Jaime Gusmão
Conselheiro: Newton Monteiro
Conselheiro: Cláudio Dubeux
Suplente: Izaias Andrade
Suplente: Sales Zaicaner
Suplente: Geraldo Miranda

REPRESENTAÇÃO NA FEDERAÇÃO

Delegado: Carlos Aguiar
Delegado: Zoroastro Maia
Suplente: Lúcio Monteiro
Suplente: Arlindo Teles

Jornalista Responsável: Romildo Porto

Programação Visual:
José Anacleto Elói de Almeida
Composição: M. Magalhães -
Composições Gráficas
Impressão:
Gráfica e Editora do NE Ltda.

BNH

X causa comum

Mais de 160 mil mutuários da casa própria, em todo o País, já ingressaram na Justiça e vêm obtendo consecutivas sentenças favoráveis em juízo contra os abusivos e descabidos reajustes das prestações efetivadas pelo Banco Nacional da Habitação, o BNH. O que os mutuários desejam é o cumprimento das cláusulas contratuais como uma forma honesta e decente de pagar as suas prestações rigorosamente de acordo com o reajuste do seu salário durante todo o ano. Ao contrário disso, o BNH tem sido pródigo em conceber malignas formas de financiamentos, onde as apregoadas vantagens nada mais são do que camuflagens para os seus siderais aumentos.

Vejamos quais são essas arapucas denominadas de Planos de Financiamentos. Atualmente existem quatro planos de financiamentos de imóveis utilizados pelo BNH: o SAC, onde a prestação inicial é



30% superior à da Tabela Price, mas, a sua prestação final pode ser inferior em até 56%; o SAM apregoado que inicialmente é 15% superior à Price, mas, no final, inferior até 28%; o SIMC, este mais recente e que, embora inicialmente inferior à Price em 15%, ao final do contrato chega a ser superior em até 37%. Finalmente, a nossa conhecidíssima Tabela Price.

Antigamente, todos os contratos dos mutuários eram baseados no Plano de Equivalência Salarial (PES), onde os reajustes são definidos na variação anual da UPC, porém são limitados pela variação salarial do mutuário. A Garantia da Equivalência Salarial, portanto, é a única solução para o mutuário livrar-se das armadilhas do BNH, e a forma de mantê-la é ingressando na Justiça.

Precavenha-se contra as manobras do BNH, pois a variação do salário mínimo tem sido sempre

superior para quem ganha acima de 3 SM, senão, vejamos: em 1977, quem ganhava 30 SM, hoje ganha apenas 18; quem auferia 20 SM, agora está com 12; quem percia 10 SM hoje é remunerado apenas com 8. Já no caso da prestação inicial ser menor é bom observar-se que logo após advirão violentos reajustes.

Portanto, só resta uma saída: vá à Justiça. Procure o movimento CAUSA COMUM, formado basicamente por profissionais liberais, para instruir a sua ação judicial, que, até o momento, já conseguiu 5.000 medidas liminares e 1.000 sentenças favoráveis, em 1ª instância, e está apto a acompanhar os processos a nível do Tribunal Federal de Recursos e, finalmente, junto ao STF, este com fortes influências políticas. Daí, a importância de aumentar significativamente a participação dos mutuários.

(Continuação da página anterior)

PLANO DE LUTAS

- 1) 18 de junho, 2ª feira
- Ida a Brasília para entrega do Documento - PROGRAMA MÍNIMO DOS TRABALHADORES - a todos os Partidos Políticos, autoridades e a todos os Governadores de Estado.
- 2) 25 de junho, 2ª feira
- Participar da realização dos COMÍCIOS POR ELEIÇÕES DIRETAS JÁ MARCADOS.
- 3) 27 de junho, 4ª feira
- Manifestações em todos os Esta-

- dos realizados pelo Movimento Sindical.
- PASSEATAS COM A PRESENÇA DE TODOS OS SINDICALISTAS E DA POPULAÇÃO.
- Caravanas a Brasília, etc.
- DISCUSSÃO DE VÁRIAS FORMAS DE LUTA, INCLUSIVE A GREVE GERAL, NO PERÍODO DE 27 DE JUNHO A 14 DE JULHO.
- Dia 21 de julho:
- PLENÁRIA NACIONAL UNIFICADA para avaliação e definição da deflagração da Greve Geral.

Jornal do ENGENHEIRO

ENCARTE ESPECIAL

DENÚNCIA

LEASING:

DESNACIONALIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

Este tema foi objeto do VII Encontro das Entidades Representantes de Empregados das Empresas. Sistema ELETROBRÁS, realizado nos dias 23 e 24 de março de 1984, em São Paulo, sob a coordenação do SENGE-SP.

Por considerar extremamente oportuno, reproduzimos, a seguir, trechos das conclusões do Encontro sobre o "leasing" no Setor Elétrico, acrescentando algumas considerações sobre o assunto.

O Setor Elétrico brasileiro, conhecido internacionalmente pelo seu porte, eficiência e crescente autonomia e competência tecnológica, vem sendo passo a passo desmantelado. Reduções radicais na capacidade de investimento, endividamento externo, desmoralização gerencial, achatamento salarial das equipes gerenciais e técnicas, têm sido as principais armas da orquestração.

Uma das saídas para o impasse da falta de recursos para investimentos públicos e que tem sido oficialmente veiculada, é a introdução do "leasing" no setor público. Ele consiste na transferência para o setor privado, no caso as multinacionais, do encaminhamento de todos os problemas relativos à implantação do empreendimento, desde a captação de recur-

dos no mercado financeiro, aquisição e montagem de equipamento, até a construção de obras civis, para o posterior arrendamento ao Setor Público, o qual, após determinado período de exploração, assumiria o compromisso de adquirir o patrimônio por um valor previamente acordado.

Este tipo de operação encontra-se em adiantada fase de articulação no âmbito do Ministério das Minas e Energia, para a construção do sistema de transmissão e subestação de Itumbiara e Cachoeira Dourada, até Cuiabá, sendo previsto o arrendamento de 800 km de linhas de transmissão sob forma de "leasing" ao grupo estrangeiro Continental Illinois Leasing do Brasil. Participariam da operação, sem concorrência, a Promon Engenharia S/A como projetista e a Norberto Odebrecht como construtora.

O "leasing" está sendo cogitado também para a Usina Termoeletrica de Samuel, em Rondônia, e para o 2º circuito da linha de transmissão em 500 KV entre Presidente Dutra e São Luís que alimentará a fábrica de alumínio da Aluma (Alcoa - CVRD).

Manobra similar encontra-se em pauta, e celeremente tramitando no Ministério das Minas e Energia,

objetivando a implantação das subestações de Coremas e Tauape no Nordeste Brasileiro, e integradas ao sistema gerido pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

Neste último caso o esquema de "leasing" seria estruturado a partir da firma TENENGE - Técnica Nacional de Engenharia S/A, a qual através de uma subsidiária promoveria o conjunto de operações para a realização das obras e, posteriormente, subarrendaria à CHESF durante um prazo de 8 anos, findo os quais, a CHESF compraria aquelas obras mediante pagamento de um valor residual a ser negociado.

A argumentação da utilização do "leasing" inclui, como causa, a escassez de recursos para investimento no setor elétrico e como ovo de Colombo uma disponibilidade de US\$ 110 milhões em recursos externos internalizados, que estariam disponíveis somente se adotado tal esquema de "leasing" que se faria através do grupo Continental Illinois Leasing do Brasil.

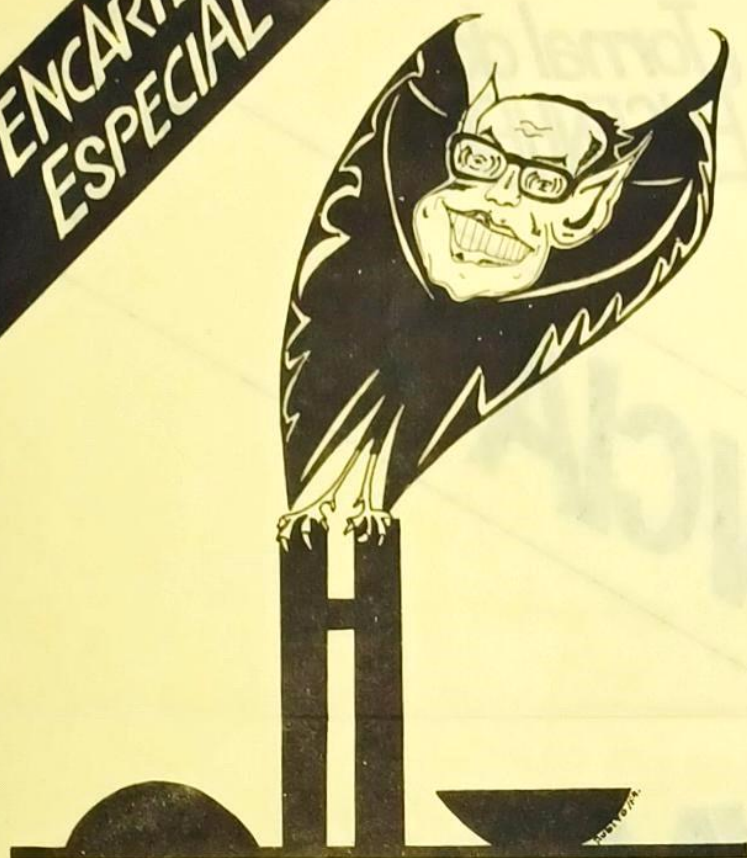
Registre-se o argumento da estranha vinculação dos US\$ 110 milhões, usado como premissa, ao esquema de "leasing" que - e aqui aparece a base do "Iceberg"

-, para ser viabilizado segundo o Diretor Financeiro da Eletrobrás, Masoto Yokota, necessitaria que fosse encontrada uma "solução legal que permita que as duas associadas (Promon e Odebrecht) se constituam em concessionárias numa região já servida por Furnas e pela Eletronorte" (JB de 08.3.84).

Obscuros ainda estão os detalhes dos papéis conjuntos do grupo Continental Illinois Leasing do Brasil e das duas empresas brasileiras. Obscuros os detalhes, porém claros os métodos e os objetivos.

No Chile as empresas públicas concessionárias já adotam um modelo similar, mais direto até, de privatização com desnacionalização aos pedaços das suas instalações. De Mato Grosso, do nível de transmissão em 230 KV, com as mudanças preconizadas na legislação, logo após chegaríamos a troncos de transmissão inter-regionais e a usinas inteiras.

Finalmente, entende-se que um problema de tal dimensão deve ser discutido pela comunidade e pelo Congresso Nacional, para impedir que sejam assinados quaisquer contratos lesivos ao interesse nacional e evitar o que ocorreu no caso do Programa Nuclear. ■



Jornal do
ENGENHEIRO

MOVIMENTO SINDICAL: LUTA UNIFICADA

O SENGE-PE vem acompanhando a grande discussão que existe no Movimento Sindical sobre os dois blocos que lutam pela representação nacional dos sindicatos brasileiros: a CUT e a CONCLAT. O interesse que desperta essa questão na nossa categoria, já motivou o Sindicato para estabelecer um programa de aprofundamento da discussão sobre as duas grandes tendências e, sempre que surge a oportunidade, procuramos participar desses eventos que debatem o tema da unificação sindical.

É importante lembrar que um dos momentos mais significativos da luta pela unificação do Movimento Sindical no Brasil foi a criação, em 1962, do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que, unindo várias articulações regionais e confederações, levou adiante as lutas mais amplas, através de mobilizações e greves.

Em 1964, quando o Governo fechou e impôs intervenção nos sindicatos, perseguindo sindicalistas, o movimento sindical brasileiro refluíu temporariamente para ressurgir fortes com as grandes greves operárias, a partir de 1977. Em função da forte crise econômica, em meio a um processo de reorganização política da sociedade civil (Anistia, Movimento Contra a Ca-

restia e o Custo de Vida, Movimento Estudantil), explodiram as campanhas salariais, especialmente as dos metalúrgicos do ABC paulista, depois os da capital de São Paulo, observando-se, ainda, em outros Estados, intensas mobilizações populares.

Essas mobilizações prosseguiram ao longo de 1978 a 1984, para fazer frente aos fenômenos de desemprego e dos baixos salários que ameaçavam a condição de vida do trabalhador brasileiro.

PLENÁRIA UNIFICADA

O SENGE-PE decidiu enviar, recentemente, representante à Plenária Nacional Unificada de dirigentes sindicais, convocados pela CUT, CONCLAT, CONFEDERAÇÕES de todo o Brasil para discutir formas unificadas de lutas pelas diretas-já e por um conjunto de reivindicações dos trabalhadores. Desse encontro, realizado no dia 16 de junho último, em São Paulo, participaram representantes de mais de 200 entidades sindicais e associações de trabalhadores.

O JORNAL DO ENGENHEIRO publica nesta edição o Programa mínimo dos Trabalhadores e o Plano de Lutas que resultaram da Plenária. Lembramos aos colegas

DIRETAS MUDANÇAS

Depois da imensa frustração da derrota da Emenda Dante de Oliveira, seguiu-se outra decepção: a incapacidade de remobilização popular, sobretudo dos principais partidos políticos que articulam as manifestações, em conjunto com as entidades representativas da sociedade.

Neste momento, cabe à sociedade, organizada em seus sindicatos e demais associações, cobrar dos partidos políticos um novo e mais forte impulso, em respeito à vontade expressa nas ruas.

Em contrapartida, no meio sindical e associativo compete às nossas entidades o papel fundamental de intensificar a discussão e implementar formas de pressão mais eficazes, até mesmo contribuindo para viabilizar uma greve nacional, a nível de CUT e CONCLAT, visando não só a derrocada final do odioso e corrupto Colégio Eleitoral como também a adoção de um Programa de Ação Mínimo, com o qual, todos se comprometam mediante uma estratégia única de atuação. Um programa que deverá repelir o escândalo maior da submissão externa e, portanto, a recessão e o rosário de males a ela

associados, sobretudo o desemprego; esboçar medidas de caráter político, econômico e social para vencer a crise, saneando a administração da coisa pública e restaurando a dignidade perdida da Nação, produto final desses últimos 20 anos.

Em termos da estratégia unificada, deve ser decidido quanto à oportunidade ou não do lançamento de um candidato único, já comprometido com o Programa de Ação Mínimo.

Agora é hora de se fazer história, porque não queremos ser cúmplices da ressurreição de um sistema, apodrecido, moribundo, que parece ter em Maluf a sua via natural de sobrevivência.

Enfim, não queremos nos endividar ainda mais, sobretudo moralmente, ficando, depois, a repetir o velho da canção de Chico Buarque sobre o que restou: "nada, só a caminhada longa pra nenhum lugar".

A sociedade brasileira precisa mobilizar-se novamente, e já, direcionando suas ações para os verdadeiros objetivos nacionais, a começar pela sua soberania como Nação.

que voltaremos a abordar outros assuntos do movimento sindical nacional nos próximos números ou boletins especiais e chamamos

especial atenção para o aprofundamento das discussões sobre a questão CUT X CONCLAT que o SENGE-PE promoverá a curto prazo.

PROGRAMA MÍNIMO DOS TRABALHADORES

1. Política Salarial e de Emprego:

- Salário mínimo real de acordo com os índices do DIEESE.
- Salário-desemprego.
- Jornada semanal de 40 horas.
- Estabilidade no emprego.
- Reajuste trimestral de salários, de acordo com a variação do custo de vida: 110% dessa variação até 3 SM; 100% acima de 3 SM.

2. Previdência Social:

- Reajuste dos benefícios previdenciários idêntico ao dos trabalhadores em atividade e supressão dos descontos dos aposentados.
- Extensão dos benefícios da Previdência aos trabalhadores rurais, de acordo com o projeto da CONTAG.

3. Custo de Vida:

- Congelamento dos preços dos gê-

neros de primeira necessidade.

4. Política Sindical:

- Plena liberdade e garantia sindical.
- Pleno exercício do direito de greve.

5. Organização Política:

- Eleições diretas em todos os níveis.
- Eleições diretas-já para Presidente da República.
- Plena liberdade de organização partidária.
- CONSTITUINTE.

6. Política Econômica:

- Suspensão do pagamento da dívida externa e rompimento dos acordos com os bancos internacionais.
- Criação de uma política de pleno emprego.
- Mudança imediata na política habitacional com a participação dos trabalhadores.

7. Política Agrária:

- Reforma agrária ampla, massiva e imediata, sob o controle dos trabalhadores.
- Política Agrícola voltada para o consumo interno da população e de apoio ao pequeno agricultor.
- Desapropriação imediata das áreas de conflitos de terra, eliminando a violência no campo.
- Legalização imediata dos loteamentos clandestinos.

BOLSA DE EMPREGO

O SENGE resolveu apoiar a constituição de uma Bolsa de Emprego organizada por engenheiros desempregados que participam da Comissão do Mercado de Trabalho, Tecnologia e Ensino. Como primeiro passo, já está sendo preparado um cadastro, no Sindicato, com os currículos dos engenheiros desempregados e um outro das empresas da área de engenharia.

Segundo levantamentos preliminares feitos pelo Grupo de Trabalho da Bolsa de Emprego, há em todo Estado de Pernambuco cerca de três mil engenheiros desempregados. Preocupado com a situação desses engenheiros, o Sindicato através da Comissão do Mercado de Trabalho, Tecnologia e Ensino, vem procurando identificar alternativas de empregos junto às entidades e empresas do ramo da engenharia.

Para aglutinar melhor os engenheiros na discussão da questão do desemprego e suas implicações o Grupo de Trabalho da Bolsa de Emprego está convocando todos os engenheiros desempregados para participarem das reuniões da Comissão do Mercado de Trabalho, Tecnologia e Ensino, que se realiza na sede do Sindicato, todas as terças-feiras, às 18h30.

Paralelamente, o Grupo de Trabalho discute propostas para levar à Comissão Interpartidária de deputados da Assembléia Legislativa, que busca soluções para a questão do desemprego no Estado. Com isto, pretendemos oferecer sugestões, para sensibilizar os parlamentares sobre a difícil situação em que se encontram os colegas desempregados.

NOVA SEDE PARA O SINDICATO

Os engenheiros pernambucanos devem estar ainda lembrados da dificuldade que tínhamos em frequentar o Clube de Engenharia, quando aquela entidade funcionava na Avenida Nossa Senhora do Carmo. Hoje, com uma ampla e confortável sede instalada no bairro da Madalena, todos podem confirmar a nova dinâmica que o Clube assumiu.

No nosso Sindicato, com a nova dinâmica que a ele foi imposta na atualidade, a participação dos associados às reuniões aumentou consideravelmente indicando que em breve não haverá mais espaço disponível para acomodar a todos, o que poderá bloquear a expansão dessa participação.

Agravando mais ainda a situação, há o fato de que o SENGE-PE está localizado nas imediações da Universidade Católica de Pernambuco, refletindo em enorme dificuldades para os associados conseguirem estacionamento para os seus automóveis, sobretudo porque ali estudam em três turnos diários, mais de 10 mil universitários.

Diante desta questão, pensamos em alugar a casa da Rua Afonso Pena e estamos procurando uma outra mais ampla e em local de fácil acesso. Conclamamos os colegas para participar na resolução do problema sugerindo alternativas.

**SINDICATO
PROFESSORES
DEMOCRÁTICO
SOLIDÁRIO**

2ª feira,
9 de julho, 20 horas,
Clube de Engenharia:

REUNIAO
dos professores
Miguel
- com a
causa
comum

INFORME DAS COMISSÕES

A Comissão de Administração, Assistência e Finanças informa que existe à disposição dos associados, no Sindicato, a relação atualizada dos convênios que mantemos com as diversas clínicas médicas e laboratórios de análises, bem como os respectivos abatimentos nos preços das consultas. Para uma melhor orientação com os nomes das clínicas, dos médicos, seus endereços e telefones, o associado deve dirigir-se à sede do Sindicato e solicitar uma cópia desta relação.

São convênios que mantemos nas áreas de cardiologia, clínica geral e obstetrícia, clínica médica, fisioterapia e reabilitação, fonoaudiologia, ginecologia e obstetrícia, homeopatia infantil, odontologia, odontopediatria, oftalmologia, pediatria, psicologia, psicoterapia e reumatologia - clínica geral.

Mantemos também, na nossa sede social, serviços odontológicos totalmente gratuitos, nos horários das 7 às 11 horas e das 15 às 18 horas, durante toda a semana. Para os serviços odontológicos espe-

ciais, às segundas, quartas e sextas-feiras, o pagamento com abatimento é mediante a tabela do Sindicato.

O Sindicato mantém, ainda, convênio com a Interclínica Santa Maria, bastando tão somente que o associado dirija-se a nossa sede para marcar a consulta ou exames. No tocante ao pecúlio por morte, basta o pagamento da Contribuição Social, para fazer jus ao pecúlio gratuitamente.

Finalmente, a comissão informa que o Sindicato mantém assistência jurídica gratuita na área trabalhista, às quartas, quintas e sextas-feiras, das 17 às 21 horas, na sua sede social.

MERCADO DE TRABALHO TECNOLOGIA E ENSINO

Por necessidade do trabalho que ficou demonstrado na prática esta comissão foi desdobrada em quatro grupos: Bolsa de Emprego, Tecnologia Alternativa, Ação Política e Ensino. O grupo Bolsa de Emprego, objetiva aglutinar os en-

genheiros desempregados (veja matéria acima) para discutir e procurar, na medida do possível, minimizar a questão do desemprego.

O grupo de Tecnologia Alternativa surgiu a partir da observação por parte dos membros da comissão, do equívoco tecnológico que está sendo encaminhado no País. Neste sentido, o grupo vem discutindo e acumulando informações para a elaboração de propostas que conduzam a uma tecnologia que venha a atender as verdadeiras necessidades da sociedade.

O grupo de Ação Política, por sua vez, tem procurado aprofundar as questões pertinentes à comissão, especialmente no tocante ao desemprego na categoria, onde desenvolve uma análise política mais geral da questão. Finalmente, o grupo de Ensino, que está em formação terá a finalidade de discutir o ensino da Engenharia, procurando, assim, aglutinar professores e estudantes em torno do assunto e do Sindicato.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Esta comissão, que participa do Comitê Pró-Diretas de Pernambuco, representando o nosso Sindicato, vem desenvolvendo diversas atividades que consideramos importantes para a categoria. Assim é, que, em julho estaremos lançando a campanha de sindicalização, ao mesmo tempo em que estamos iniciando a preparação do III ENSE (veja matéria na página 04), que será realizado entre os dias 6 e 9 de setembro próximo, na cidade de João Pessoa. Esperamos contar com a colaboração dos companheiros apresentando trabalhos ao III ENSE. Entre em contato conosco durante as reuniões da comissão, que ocorrem às 19h30, todas as quartas-feiras.

Informamos também que estaremos iniciando a curto prazo a discussão dos programas das duas grandes correntes do movimento sindical brasileiro: CUT (Central Única dos Trabalhadores) e CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora).

CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO

O esvaziamento dos sindicatos no Brasil, a partir de 1964, possibilitou ao Governo e classe patronal, colocarem em prática uma política que afasta a categoria trabalhadora da participação nas decisões políticas, bem como da luta econômica.

Esta ação se reflete também dentro da classe dos engenheiros, pois como técnicos, fomos muito diretamente atingidos e impossibilitados de interferirmos organizadamente através das nossas entidades

(Sindicato, Clube, CREA, Federação, Confederação). Porém, este quadro imposto vem sofrendo mudanças com o avanço das oposições, as grandes mobilizações, as greves e a retomada dos sindicatos das mãos dos dirigentes pelegos, cujo papel era apoiar e fortalecer a política imposta pelo Governo.

Contamos, atualmente, com um quadro de 3.500 sindicalizados de um total de aproximadamente 15 mil engenheiros existentes no Estado, sendo o índice mais baixo

constatado nas áreas industriais, consultorias, pequenas e médias empresas, o que ressalta a importância de uma ampla campanha neste sentido.

No próximo mês de julho estaremos iniciando a Campanha de Sindicalização, com um debate aberto sobre o tema: o papel do engenheiro e do Sindicato na atual conjuntura política. A data do debate do lançamento da campanha será divulgada em breve.

A campanha terá como objetivo:

levar o Sindicato para dentro das empresas, aumentar a participação do engenheiro nas decisões políticas do Sindicato, ampliar a participação da categoria nas lutas da sociedade em geral, criar uma ligação entre a Entidade e os engenheiros de cada empresa, promover a realização de atividades como forma de conquistar autonomia econômica e financeira.

A Comissão de Organização Sindical, responsável pela campanha, divulgará em breve todos os detalhes. Nosso lema será: "VAMOS SINDICALIZAR TODOS OS ENGENHEIROS DE PERNAMBUCO".

CORRESPONDÊNCIA SINDICAL

Jornal do ENGENHEIRO

Do SENGE ao deputado Jarbas Vasconcelos, presidente da Comissão Mista que examina a Emenda Figueiredo:

"Engenheiros pernambucanos transmitem V. Exa. cinco propostas subemendas referentes Emenda Figueiredo: 1) Diretas-já; 2) Diretas-já; 3) Diretas-já; 4) Diretas-já; 5) Diretas-já".

Do deputado Jarbas Vasconcelos ao SENGE:

"Na qualidade presidente Comissão Mista Congresso Nacional que examina proposta Governo acuso recebimento propostas feitas essa Entidade referente aquela Emenda. Distribuí cópias ao relator da Comissão e demais membros. Esclareço sugestão tem-meu total apoio. Diretas-já".

Do presidente da FNE ao SENGE:

"Com imensa satisfação transmitimos aos companheiros a comunicação recebida do presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Goiás, ter concluído com o Governo Estadual de Goiás acordo coletivo piso salarial para todos os servidores na área de engenharia daquele Estado".

III ENSE

O III Encontro Nacional dos Sindicatos de Engenheiros (III ENSE) — o evento mais importante para a nossa classe, que ocorre a cada dois anos —, será realizado entre os dias 6 e 8 de setembro próximo, no Hotel Tambaú, em João Pessoa, Paraíba. No temário serão discutidas as questões do mercado de trabalho, o engenheiro diante da crise nacional e a organização sindical.

Peça a relevância desses temas, é importante que marquemos presença maciça neste Encontro, pois além dos sete membros da Diretoria do SENGE-PE, que são considerados delegados natos, temos hoje direito a apresentar mais cinco delegados de base, com direito a voz e voto. A nossa participação será tanto mais significativa quanto maior for a nossa contribuição ao debate, apresentando teses sobre o temário proposto.

Vale salientar que no II ENSE, em 1982, o então movimento de oposição que hoje está à frente do nosso sindicato, elegeu três delegados a que tinha direito na época, em função do número de associados de então. Aqueles delegados tiveram destacada participação, tanto pelos trabalhos apresentados, quanto pela atuação nas diversas comissões, salientando a atuação política na forma de co-

mo deveria ser o reconhecimento dos SENGE's para encaminhar os dissídios de engenheiros.

Os trabalhos sobre o temário proposto deverão ser apresentados no Sindicato até o próximo dia 15 de julho. Os delegados serão eleitos na Assembléia Geral extraordinária marcada para o dia 24 daquele mês.

Este encontro é patrocinado pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), órgão ao qual estamos filiados juntamente com outros 16 sindicatos da nossa categoria. A exemplo dos anteriores, este III ENSE tem por objetivo reunir os engenheiros de todo o País para discutir e firmar posição, diante dos problemas que mais nos afligem.

Após cada encontro são emitidos os Anais, onde constam todas as teses apresentadas, as deliberações da Plenária final e, as moções de destaque solicitadas. É importante recordar que entre as deliberações do II ENSE, em 1982, ficou estabelecido que a Diretoria da FNE seria eleita pelo voto direto, cabendo ao Conselho de Representantes o dever de referendar o nome dos candidatos eleitos pelo voto direto. Assim, tomou-se a decisão política de, nas condições atuais, romper, na prática, com a estrutura sindical verticalista e fechada à participação.

Os Engenheiros e a



3º Encontro Nacional dos Sindicatos dos Engenheiros

João Pessoa, 6 a 9 de setembro de 1984
Promoção: Federação Nacional dos Engenheiros

URGENTE — CLUBE DE ENGENHARIA — URGENTE

O SENGE-PE parabeniza a nova Diretoria do Clube de Engenharia-PE, eleita em 29.06.84, com a chapa parcialmente renovada, encabeçada pelo atual presidente, o colega Eldenor Moraes.

Após a grande vitória das últimas eleições do SENGE-PE, quando a atual Diretoria obteve mais de 72% dos votos, esta nova vitória reflete o apoio dado por esses colegas, ratificando o trabalho de-

envolvido na última gestão.

Fazemos votos de que o período 84/86 seja enriquecido com uma participação ainda maior dos associados.